

A paz insegura



Adriano Moreira

03 Novembro 2019 — 00:01

Neste ano de 2019, o Brexit do Reino Unido parece ter sido o tema mais discutido na União Europeia antes, durante e depois das eleições para o Parlamento. O surpreendente processo, que obrigou a repensar nas consequências de afinal um Estado poder sair da União, foi também o primeiro grande estímulo para repensar a estrutura e o conceito estratégico, se algum, do Tratado de Lisboa, tendo sempre em primeiro plano os efeitos da crise económica e as consequentes políticas de austeridade.

O mundialismo a que chegamos não deixou de ser frequentemente apontado como responsável pelas dificuldades, sobretudo por ter atingido valores considerados invioláveis num passado próximo, dos quais se apontavam como mais valiosos, em primeiro lugar a soberania, que sobretudo orientara a luta da meia Europa submetida ao soviétismo durante meio século, mas que encontraram redefinida pelo método cooperativo da meia Europa democrática, e depois levando a meditar sobre a desvantagem de os Estados terem reduzido as capacidades de assumirem livremente medidas favoráveis ao bem-estar das suas populações.

Não faltou também a avaliação da distribuição da riqueza, que conduziu à formação de escassas elites largamente privilegiadas, em face do crescimento dos desfavorecidos. Os movimentos populistas multiplicam-se, com sinais diferentes, mas em número que caracteriza, para alguns observadores, a vida política do ano, fazendo do "verdadeiro povo" o dinamizador de uma justiça social reassumida, voltando aos discursos os conceitos de classe, de nação, de soberania e, sobretudo, de direitos humanos.

O que, porém, veio atingir o valor da paz, que caracterizou a ideologia da ONU, mas que não impediu ruturas que levaram um especialista em exercício de funções de comando militar (general François Lecointre) a declarar que "conduzimos guerras nas quais não assinamos a paz", tendo em vista a luta antiterrorista, ou até a contraguerrilha. É não

ignorável o risco de um conflito nuclear, também chamado, em algumas análises, "terceira guerra mundial".

Não é a política da nova Rússia de Putin a discutir a sua considerada legítima fronteira de interesses maior do que a geográfica, nem a pretensão da nova China querendo recuperar as suas águas territoriais que deixara de navegar quando ali chegaram os nossos "marinheiros das descobertas", um facto que já fez deslocar a esquadra francesa para o Pacífico, cuidadosa com responsabilidades nacionais na área. Nestes movimentos avulta a evidência de que nenhum país europeu isolado pode enfrentar desordens globais, ao mesmo tempo que mais de metade dos membros da ONU não têm a capacidade de enfrentar os desafios da natureza, é a paz global que está em risco, e não pela ambição de novos excessivos projetos imperialistas como no passado, nem pela defesa hierarquizante de um conjunto reduzido de países aos quais foi concedido o "direito de veto" no Conselho de Segurança da ONU, nem sequer pelo fenómeno dos "emergentes" não necessariamente ambiciosos de igual distinção mal imaginada, mas porque se tornou evidente a repetição de uma circunstância que, no seu tempo, levou Bismark a sublinhar que uma simples "leviandade" podia conduzir a uma catástrofe.

Não se trata, nesta categoria das leviandades, das consequências do abuso informático que foi violar e tornar publicas as informações profissionais do embaixador do Reino Unido nos EUA, com as suas avaliações da política da presidência dos EUA, que de resto não tinham novidades comparadas com outras avaliações públicas em meio de comunicação agindo legalmente. Agora trata-se de parecer mais grave do que tem sido considerado o aparentemente amenizado conflito com a Coreia do Norte, sem que esta tenha cedido a comedimentos anunciados, mas, ao contrário, de essa temática se ter agravado com descontrolo dos procedimentos relacionados com o nuclear iraniano.

Parece necessário não perder ocasião de insistir sobre o risco dos incidentes que se multiplicam de Gibraltar a Ormuz, mas também com a liberdade semântica do principal interlocutor ocidental. O governo do Irão, presidido por Hassan Rouhani, que tem a memória de um passado histórico responsabilizador, quando declara que não quer a guerra, mas que não a teme, obriga a comunidade internacional a avaliar a medida das leviandades, mesmo verbais, que não pode consentir. Há órgãos competentes para intervir, e não há privilégios no Conselho de Segurança que impeçam ou dispensem o dever de submeter a avaliação todos os procedimentos, de qualquer origem, que ponham em risco a paz global. No passado, o grave incidente do Suez, que implicou o confronto de Nasser com duas potências com direito de veto, não impediu a eficácia da chamada ao respeito dos princípios.